

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA**

CNPJ nº 23.453.830/0007-65

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em R\$

Balanco Patrimonial dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)				
Ativo	Nota	2018	2017	
			(Reapresentado)	
Circulante		4.986.117	2.421.868	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.603.398	102.495	
Contas a receber	5	2.869.992	1.956.586	
Estoques		453.627	271.236	
Adiantamento a Funcionários		49.506	70.420	
Partes Relacionadas	8	3.149	1.396	
Outros Créditos		1.435	14.551	
Despesas antecipadas		5.010	5.184	
Não Circulante		2.759.864	2.655.068	
Contas a receber	5	2.236.311	2.237.707	
Depósitos judiciais	12	243.411	72.087	
Imobilizado líquido	6	200.003	199.712	
Intangível líquido	7	80.139	145.562	
Total do Ativo		7.745.981	5.076.936	
Passivo	Nota	2018	2017	
			(Reapresentado)	
Circulante		5.163.779	4.938.698	
Fornecedores	9	3.250.005	3.216.327	
Obrigações trabalhistas	10	1.588.007	1.420.128	
Obrigações sociais	11	235.135	194.809	
Obrigações fiscais		86.475	104.324	
Outras contas a pagar		4.157	3.110	
Não Circulante		3.656.419	2.925.958	
Partes relacionadas	8	3.481.221	2.750.760	
Provisão para contingências	12	175.198	175.198	
Passivo a Descoberto	13	(1.074.217)	(2.787.720)	
Patrimônio social		(2.630.974)	(3.095.102)	
Superávit acumulado		1.556.757	307.382	
Total do Passivo		7.745.981	5.076.936	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)				
Descrição	Patrimônio Social	Transfe- rências	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezem- bro de 2016	(3.017.066)	262.905	(340.941)	(3.095.102)
Incorporação ao Patrimônio Social	(78.036)	(262.905)	340.941	-
Superávit do exercício	-	-	307.382	307.382
Em 31 de dezem- bro de 2017	(3.095.102)	-	307.382	(2.787.720)
Incorporação ao Patrimônio Social	307.382	-	(307.382)	-
Transferências	156.746	-	-	156.746
Superávit do exercício	-	-	1.556.757	1.556.757
Em 31 de dezem- bro de 2018	(2.630.974)	-	1.556.757	(1.074.217)

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)			
	Nota	2018	2017
			(Reapresentado)
Receitas Operacionais		29.630.367	25.800.000
Serviços prestados pacientes SUS		29.630.367	25.800.000
Custos		(23.066.286)	(21.141.339)
Serviços de terceiros		(11.630.359)	(11.301.321)
Pessoal e encargos		(7.746.879)	(6.894.802)
Materiais e medicamentos		(3.689.048)	(2.945.216)
Despesas		(4.889.358)	(4.277.601)
Pessoal e encargos		(1.936.720)	(1.723.700)
Despesas gerais e administrativas	14	(2.827.529)	(2.430.261)
Depreciação/amortização		(120.730)	(116.357)
Impostos, taxas e contribuições		(4.379)	(7.283)
Financeiras Líquidas		(117.966)	(73.678)
Despesas financeiras		(152.177)	(107.058)
Receitas financeiras		34.211	33.380
Superávit do Exercício		1.556.757	307.382
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)			
Fluxos de caixa de atividades operacionais		2018	2017
Superávit do exercício		1.556.757	307.382
Ajustes para reconciliar o resultado			
Depreciação/amortizações		120.730	116.357
Superávit ajustado		1.677.487	423.739
Variações das contas de ativo e passivo		(1.006.440)	(2.176.962)
Aumento em créditos – circulante		(1.049.304)	(1.582.359)
Aumento em estoques		(182.391)	(51.477)
(Aumento) / redução das despesas antecipadas		174	(42)
Aumento em fornecedores		33.678	757.724
Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas		167.879	(31.090)
Aumento / (redução) de obrigações sociais		40.326	(441.669)
(Redução) de obrigações tributárias		(17.849)	(401.210)
Aumento / (redução) de outras obrigações		1.047	(397.664)
Redução das obrigações – não circulante		-	(29.175)
Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais		671.047	(1.753.223)
Atividades de investimentos		(55.598)	(23.975)
Aquisição de imobilizado		(54.939)	(23.975)
Aquisição de bens do intangível		(659)	-
Atividades de financiamento		885.454	511.242
Partes relacionadas		728.708	511.242
Transferências enviadas		156.746	-
Aumento / (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		1.500.903	(1.265.956)
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Saldo existente no início do exercício		102.495	1.368.451
Saldo existente no final do exercício		1.603.398	102.495
Aumento / (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		1.500.903	(1.265.956)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - Em (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: Ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Principais práticas contábeis:

a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou vencidos são baixados ou substituídos, quando identificados.

c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão

os fatos em 31 de dezembro de 2016 e de 2017. Em (R\$) pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apropriação do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. continua...